

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da  
Defesa Nacional e da Saúde

**Despacho conjunto n.º 994/99** – A revisão do quadro jurídico do sistema de apoios ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes, levada a cabo com a publicação do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março, visa prosseguir o objectivo do Governo de garantir a todos os toxicodependentes condições de acesso a meios de tratamento.

Um dos princípios estruturais do novo sistema de apoios assenta na promoção da garantia de equidade e da eficácia de resposta do sistema de tratamento de toxicodependentes.

Aquele diploma estabelece que os subsistemas de saúde garantem o pagamento ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência dos encargos com os seus beneficiários relativamente aos cuidados de saúde prestados no âmbito daquele programa, o qual será regulado por despacho conjunto dos Ministros da Saúde, Adjunto do Primeiro-Ministro e daquele de quem dependa o subsistema.

O despacho conjunto n.º 261-A/99, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 24 de Março, dos Ministros da Saúde e Adjunto do Primeiro-Ministro, fixou os requisitos a observar no estabelecimento das convenções entre o Estado, através do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

A Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, constituída por três subsistemas de saúde, designados por Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA), do Exército (ADME) e da Força Aérea (ADMFA), tem por finalidade promover e garantir a assistência médica e medicamentosa aos seus beneficiários.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março, determina-se:

1 – O presente despacho conjunto visa regular as condições a observar pela Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) na satisfação das suas obrigações relativas ao pagamento ao Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) dos encargos por este assumidos no tratamento de toxicodependentes seus beneficiários, em unidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos, que actuam na área

da toxicodependência, convencionados com o SPTT, definidas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março.

2 - A Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas abrange os subsistemas de saúde designados por Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA), do Exército (ADME) e da Força Aérea (ADMFA).

3 – Nos termos regulados pelo despacho conjunto n.º 261-A/99, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 24 de Março, da Ministra da Saúde e do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, os beneficiários das ADM têm acesso ao tratamento nos serviços do SPTT ou nas instituições privadas de saúde convencionadas com o SPTT, nos seguintes termos:

- a) A admissão dos beneficiários das ADM processada directamente pelos serviços do SPTT ou pelas instituições privadas de saúde convencionadas obedece às normas definidas pelo despacho conjunto n.º 261-A/99;
- b) Os beneficiários das ADM, que se dirijam a estas, são encaminhados para a instituição privada de saúde convencionada, que procederá conforme as regras estabelecidas no mesmo despacho conjunto;
- c) Após a sua admissão pela instituição, o acompanhamento do tratamento dos toxicodependentes beneficiários das ADMA, em qualquer fase de intervenção do programa, é da responsabilidade dos serviços respectivos do SPTT.

4 – O SPTT assume o pagamento às instituições privadas de saúde convencionadas pelos serviços prestados destinados ao tratamento de toxicodependentes beneficiários das ADM, nas condições e regras definidas pelo despacho conjunto n.º 261 – A/99;

5 – As ADM garantirão o pagamento ao SPTT das despesas por este suportadas com o tratamento dos seus beneficiários, quando o doente seja identificado como tal.

6 – Os beneficiários das ADM podem ocupar o número de camas ou lugares, consoante o tipo de unidade privada de saúde, para além do número convencionado com o SPTT, desde que as condições e regras de participação sejam as mesmas do regime convencionado.

7 – Para efeitos de aplicação do presente despacho conjunto, o SPTT e as ADM celebrarão acordos de cooperação, onde se definirão os procedimentos de execução, por forma a permitir uma melhoria da prestação de cuidados de saúde, bem como garantir a equidade de acesso a tratamentos por parte dos toxicodependentes beneficiários dos vários subsistemas de saúde.

8 – As ADM e o SPTT prestarão, reciprocamente, toda a colaboração, nomeadamente informações e esclarecimentos relativamente à prestação de cuidados de saúde dos docentes beneficiários das ADM, sem prejuízo do sigilo médico.

18 de Outubro de 1999. – O Ministro da Defesa Nacional, *Jaime Matos Gama*. – A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*. – O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.